



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia treze de maio de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões Ordinárias do dia vinte e nove de abril e seis de maio de dois mil e quatorze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício nº 102/2014, 30 de abril de 2014. Da Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima, Érika Fernanda de Souza Ferreira. Ref.: Agradecimento. Comunicação. Fim de estado de greve. Ocorreu no Plenário uma manifestação de integrantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que reivindicaram a realização de uma audiência pública pela Câmara sobre o direito à moradia e política habitacional no município. Após a manifestação, o Senhor Presidente disse: “continuando a nossa reunião que eu já abri, agradecer a vocês que fizeram uma manifestação justa, honesta e direita, porque a Morro Velho não tem direito de por ninguém para fora, até porque o município, eu já questionei isso aqui e os vereadores sabem, paga aluguel para quarenta e quatro a



cinquenta famílias ali na Mina D'água. Não devia pagar, quem devia pagar é a Morro Velho, é a AngloGold que devia pagar. Eu não vou dar a palavra a ninguém porque nós não vamos fazer palanque disso aqui. Eu só vou resolver o problema deles. Deixa eu só falar para vocês, bem claro, a Câmara está com vocês, podem ficar sossegados, perguntem aos vereadores aqui. Quem marcou a Audiência Pública aqui, foi a Sua Excelência? O senhor é presidente da Comissão?”. O vereador Leci Alves Campos respondeu: “sim”. O Senhor Presidente afirmou: “então, o senhor dá para eles as explicações, que dia é, que horas são. E o senhor, por favor, o Presidente está lhe pedindo que chame juiz de direito, Morro Velho, prefeito de Nova Lima, o Papa, o João, tudo que está aqui para resolver isso. Com a palavra, vereador, fale o dia e a hora”. O vereador Leci Alves Campos falou: “boa noite Mesa Diretora, boa noite aos vereadores, boa noite público presente, principalmente os integrantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. Na semana passada foi solicitado pelo vereador Flávio que a Comissão de Participação Popular organize, juntamente com o nosso corpo jurídico e nossa área de comunicação, uma Audiência Pública. Considerando os trâmites aqui na Casa, foi agendada essa Audiência Pública para o dia vinte e dois de maio, quinta-feira, às dezenove horas, cuja publicação será na imprensa local. Serão convidados a participar, além de todos os vereadores, o representante do judiciário, da prefeitura municipal, especificamente a área de habitação, a AngloGold Ashanti e a Polícia Militar. Convidamos todos de antemão, porém temos que aguardar a publicação oficial para que todos tenham conhecimento público. Muito obrigado pela presença aqui na



nossa Casa”. O Senhor Presidente registrou: “gente, muito obrigado pela vinda de vocês. Agora vamos continuar a nossa reunião”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.434/2014, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação à Farmácia Municipal que menciona, além de dar outras providências” – Glauco Orlando Sarti - Lolota. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Flávio de Almeida como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição; 2) Projeto de Lei nº 1.435/2014, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre a publicação oficial da relação dos medicamentos de uso contínuo e insumos disponíveis no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira como Relatora da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição; 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 276/2014, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Institui a Comenda Mãe Destaque Nova-limense – Isaltina Tomásio da Cruz”. Encaminhado à Comissão Especial, designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Gilson Antônio Marques, Leci Alves Campos e José Guedes, para emissão de parecer; 4) Projeto de Decreto Legislativo nº 277/2014, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. Walter Xavier Ribeiro. Encaminhado à Comissão Especial, designada pelo Senhor Presidente, composta pelos



vereadores André Luiz Vieira da Silva, Alessandro Luiz Bonifácio e Fausto Niquini Ferreira, para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.404/2014, que “Concede benefícios aos servidores públicos municipais e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Silvânio Aguiar Silva como Presidente da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição, vereador Flávio de Almeida; 2) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de lei nº 1.418/2014, que “Promove a revisão anual dos valores dos benefícios e os valores de referência para caracterização de situação de pobreza e de extrema pobreza, deverão ser revistos anualmente pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do Município e dos estudos técnicos de implantação e desenvolvimento do Programa Vida Nova, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 3) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.431/2014, que “Cria o ‘Programa Municipal de Aconselhamento Médico Telefônico 24 horas’ no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.432/2014, que “Autoriza a concessão de adicional de periculosidade aos Servidores Públicos



Municipais detentores dos cargos públicos efetivos de Fiscal de Obras e Posturas, Fiscais Sanitários e Fiscais Ambientais, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Flávio de Almeida, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto; 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.433/2014, que “Autoriza a instalação da Empresa Biommm S/A, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “Senhor Presidente, eu gostaria de relatar ao senhor que hoje de manhã, nós tivemos uma audiência pública nesta Casa, presidida pelo vereador Silvânio Aguiar, e que nós discutimos sobre a convalidação do pedido do prefeito para autorizar a empresa Biommm a se instalar no município de Nova Lima. Foi uma audiência muito oportuna, muito eficaz, nós contamos com o material...”. O Senhor Presidente afirmou: “só lembrar à Sua Excelência que o projeto, eu estou deixando, lhe dando a palavra devido o projeto ter tido uma audiência hoje, ele não está em discussão. Mas vou ouvir a Sua Excelência, porque senão todo vereador vai querer falar. Eu vou dar todo o tempo que a Sua Excelência quiser”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “eu já estou terminando. E foi muito bem discutido, muito bem analisado. Hoje nós tivemos o Parecer da Comissão de Legislação e Justiça, e eu gostaria que o Senhor consultasse a Comissão de Serviços Públicos, se ela poderia declinar do seu parecer para que a gente possa votar, com urgência, para que essa empresa se instale no município de Nova



Lima. Queria que o Senhor consultasse a Comissão de Serviços Públicos Municipais sobre a dispensa do parecer”. O Senhor Presidente indagou: “só para eu entender as suas palavras, vereadora. A senhora está pedindo para consultar a Comissão de Serviços Públicos. Eu tenho que consultar o Plenário posteriormente, se a Comissão de Serviços Públicos concordar, para a dispensa, também... Aliás, para a votação... A senhora quer a votação para que dia? Eu preciso saber”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira respondeu: “Senhor Presidente, eu gostaria que essa votação fosse com a máxima urgência. Se possível, hoje”. O Senhor Presidente registrou: “primeiro eu vou consultar a Comissão de Serviços Públicos Municipais constituída pelo vereador Flávio de Almeida, Alessandro Bonifácio e Silvânio Aguiar. Ela está pedindo a dispensa do parecer de vocês para votar isso hoje. Está aí a proposta da vereadora”. O vereador Flávio de Almeida disse: “Senhor Presidente, nós fazemos parte da bancada do prefeito, estamos de acordo”. Os vereadores Alessandro Luiz Bonifácio e Silvânio Aguiar Silva também concordaram com a dispensa do Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente afirmou: “O senhor concorda? E posteriormente a Sua Excelência pediu para votar hoje. Eu, particularmente, posso ser voto vencido, mas o Presidente faz uma sugestão à Sua Excelência para que se possa pedir por qualquer vereador uma Reunião Extraordinária para quinta-feira, às dezesseis horas, que ele seja votado quinta-feira. Essa sugestão ajuda a Sua Excelência? Estou fazendo uma sugestão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira indagou: “o Senhor está sugerindo. O Senhor vai consultar o Plenário?”. O Senhor Presidente respondeu: “às



vezes, Sua Excelência me vence, não é? Eu não sei. Estou sugerindo também porque tenho o direito de sugerir”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou: “eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário”. O Senhor Presidente falou: “No seu pedido? Eu vou pedir aos vereadores, se eu sair derrotado, vou sair com prazer porque esta é uma Casa democrática. Tem duas propostas: a do Presidente, eu estou sugerindo que marque uma reunião para as dezesseis horas de quinta-feira, para que ele seja votado. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira pede que seja votado hoje. Eu consulto o Plenário individualmente, até para que seja bem clara a opinião dos vereadores”. Os vereadores Leci Alves Campos, Gilson Antônio Marques, Flávio de Almeida, Fausto Niquini Ferreira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva e Alessandro Luiz Bonifácio concordaram com a proposta da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira para que o projeto fosse votado na presente data. O Senhor Presidente registrou: “como eu fui um vereador extremamente vencido, eu vou pedir licença, o vereador vai conduzir a reunião e votar o projeto quando chegar o momento dele, até porque eu fico sem graça de votar um projeto que eu queria tirar. Se o vereador é meu vice e ele tem toda a capacidade de decidir que o projeto tem que ser votado, então, eu vou me afastar só para ele votar o projeto porque fica até sem graça eu votar um projeto que eu fui derrotado por oito votos, mas isso é democrático. O projeto está entrando em sua segunda parte para votação hoje. Aprovado por oito votos dos vereadores Leci Alves Campos, Gilson Marques, Flávio de Almeida, Ângela Lima, Fausto Niquini, José Guedes, Alessandro Bonifácio e Silvânio Aguiar. Com proposta do vereador Nélio Aurélio, presidente da



Casa, que votasse quinta-feira, foi contrário aos outros vereadores e vencido”;

6) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 275/2014, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Dr. Márcio Arruda”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Gilson Antônio Marques, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de lei nº 1.409/2014, que “Dispõe sobre a afetação e desafetação das áreas públicas inframencionadas, além de dar outras providências”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. Em discussão, o vereador José Guedes disse: “eu gostaria que fosse votado hoje. Todos os vereadores são sabedores que esse prédio aqui não comporta mais, ele ficou pequeno, está com vários problemas e, futuramente, o prédio da Câmara vai ser um prédio moderno que comportará todos os funcionários, com garagem para todos, vereadores e funcionários. E o mais importante é que nós vamos acabar com um grande movimento aqui na praça. O meu sonho é que transfiram também... o prédio da Câmara será transferido, o da Prefeitura e o do Fórum porque o nosso miolo aqui não suporta mais o trânsito. Então, vou votar a favor e pediria que votasse em primeiro e segundo turno hoje ainda. Nós temos que construir um prédio moderno, nós temos condições, nós temos a verba para isso. Então, há muito que eu sonho com isso e o meu sonho está pela metade ainda”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador José Guedes, dispensou o interstício para a segunda votação deste projeto.





Em segunda votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 275/2014, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Dr. Márcio Arruda”. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação; 3) Projeto de Lei nº 1.432/2014, que “Autoriza a concessão de adicional de periculosidade aos Servidores Públicos Municipais detentores dos cargos públicos efetivos de Fiscal de Obras e Posturas, Fiscais Sanitários e Fiscais Ambientais, além de dar outras providências”. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos afirmou: “esse projeto de lei 1.432 é que concede o adicional de periculosidade para os Fiscais de Obras e Posturas, Sanitários e Ambientais. Foi perfeita a colocação do vereador Flávio quando ele pediu que a gente dispensasse o interstício, o parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais e façamos a votação hoje, por uma questão matemática. Se hoje tivéssemos somente a leitura da Parecer da Comissão de Legislação e Justiça, encaminhássemos para a Comissão de Serviços Públicos Municipais, ou seja, dia vinte. Dia vinte e sete entra em votação, dia primeiro de junho tem pagamento e não tem periculosidade porque não dá tempo de o prefeito sancionar. Então, eu já adianto meu voto favorável e quero dizer que foi perfeito o adiantamento dessa votação na noite de hoje”. O vereador José Guedes falou: “mais uma vez vou votar a favor do funcionário público. Nós somos sabedores de que os fiscais são, às vezes, até massacrados. Ele é o cumpridor da lei, ele vai cumprir a sua função, a sua obrigação, são desacatados e são grandes merecedores. Realmente, eu fico satisfeito de, mais uma vez, votar a favor do funcionário. Jamais, em tempo algum, em vinte e um anos, votei



contra”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio registrou: “quero deixar também o meu voto a favor dos fiscais, são servidores públicos como eu, e as palavras do vereador Leci Campos estão de parabéns. Bom que dentro do Plano de Cargos e Salários do Servidor Público entra também. Então, quero parabenizar o Soldado Flávio de Almeida, e o meu voto é a favor também”. O Senhor Presidente disse: “parabenizar o vereador Flávio antes de eu por em votação porque ele trabalhou muito para este projeto entrar nos projetos anteriores que vieram para cá para votar, da Câmara. Eu lembro que ele me pediu, na época eu estava como prefeito, me pediu, foi feito tudo e não tinha condições de entrar porque era inconstitucional, mas ele vem trabalhando, trabalhando e hoje está acontecendo. Então, o vereador, merecidamente, está cumprindo uma tarefa que combinou com vocês aí. Parabéns para vocês”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “Senhor Presidente, eu me esqueci de comentar isso, que Vossa Excelência foi autor do projeto quando estava na pasta do Executivo. E é importante que eu tenho certeza de que Vossa Excelência colocou o seguinte: direito de um é direito de todos, direito de uns receberem, direito de todos receberem”. Em primeira e segunda votação, o projeto foi aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “eu quero justificar o meu voto. Desde que o Senhor mandou esse projeto para a Casa, enquanto prefeito do município de Nova Lima, a gente viu a importância do projeto. Como era um projeto realmente autorizativo, então, não pôde entrar quando o Senhor mandou aqui para a Casa, então, o vereador Flávio, sensibilizado com os fiscais, todos os fiscais, encaminhou o projeto para a Casa e teve



pleno aceite de todos os vereadores aqui presentes. Nós vereadores estamos do lado do servidor público porque eu acho que nós, enquanto vereadores, somos servidores públicos também, estamos à serviço da comunidade. Então, parabenizar o vereador Flávio, parabenizar o vereador Nélio Aurélio que, enquanto prefeito, pensou também em prestigiar vocês. O meu voto seria, realmente, a favor de vocês. Parabéns”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “para mim, quem faz essa máquina andar é o servidor público. Então, nós temos que estar, realmente, ao lado do servidor público. Parabéns Soldado Flávio por esse seu projeto”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “Senhor Presidente, eu também quero parabenizar a atitude do vereador Soldado Flávio, que não só trouxe o projeto para a Casa, mas articulou para que ele fosse votado a favor. Eu penso que a gente tem que fazer justiça com os vereadores que trabalham ao lado do povo, é lógico que todos os vereadores são a favor, meu voto também foi a favor. Estou justificando, mas faço essa justificativa levando para o vereador os méritos porque, com certeza, procurou os vereadores, trabalhou essa questão aqui dentro da Casa e é mais do que justa a ação”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “eu queria apenas pedir desculpas à classe por não ter entendido direito o projeto na ocasião em que ele passou por aqui, eu já havia me justificado com o Claudinho que me questionou, e quando eu vi lá “Fiscal I”, “Fiscal II”, eu entendi que abrangia toda a classe. Então, corrigido em tempo hábil, deixo aqui meus parabéns”. O vereador Flávio de Almeida falou: “eu queria agradecer à Casa em nome de cada fiscal, e dizer que o primeiro projeto, a gente votou e acreditou que estava atendendo toda classe, mas a gente votou nos fiscais



fazendários, por isso veio o projeto. E eu queria dizer um pouco mais, que cada fiscal... a forma que o fiscal correu atrás, a forma que ele procurou, a forma que ele veio, a forma que o cara chega que convence a gente a fazer o projeto. Primeiro a gente vê a força que vem deles. Então, se vem uma força dessas em um projeto, imagina a força desse pessoal na rua, trabalhando em prol do serviço público. E eu queria dizer o seguinte, que convencer os vereadores nesse projeto foi a coisa mais fácil do mundo. Eu não encontrei resistência nenhuma na Casa, hora nenhuma, todo mundo se dispôs, todo mundo ajudou e alguns foram um pouco mais além, que é o de chegar, é o de falar, é o de votar, é o de acreditar. E a justiça aqui hoje, Senhor Presidente, ela faz uma justiça anterior porque o trabalho que eles fazem é fora do comum. Fui Secretário e pude trabalhar com alguns deles. Então, é dizer que é de luta que vive o homem e se não for através do servidor público, o que seria desta Casa? Então, eu queria agradecer cada um dos senhores, agradecer ao Senhor pela boa vontade, pelo entendimento, quando sentou também naquela cadeira. E dizer que são de homens públicos que é feita também a sociedade. Hoje foram bons projetos aprovados nesta Casa. Então, meu muito obrigado aos nobres vereadores”. O Senhor Presidente registrou: “aqui agora eu vou... eu estava até inscrito no Grande Expediente, mas vou deixar para a semana que vem, tem algumas coisas aqui, quanto que a Vale deve ao município de IPTU, que é uma enormidade, a Anglo também deve muito dinheiro, antenas de celulares”. O vereador Flávio de Almeida indagou: “Senhor Presidente, a Anglo deve muito?”. O Senhor Presidente respondeu: “a Anglo deve dezessete milhões e um milhão de INSS”. O vereador Flávio



de Almeida disse: “puxa vida, e tomando casa dos outros, hein? Aí que é terrível”. O Senhor Presidente afirmou: “mas a Anglo deve pouco, a Vale deve trinta e oito milhões ao município”. O vereador Flávio de Almeida falou: “puxa vida, é um absurdo”. O Senhor Presidente registrou: “eu ia falar algumas coisas. Porque se vocês todos sentados aí deverem o município, ele mete a caneta em vocês, em mim e em todo mundo. Então, eu tinha várias coisas, inclusive, vereador, semana que vem vou deixar para discutir antenna de... que causa... já disse nesse Plenário... antenna... Está aqui o jornalista José Cleves, eu queria que você pusesse, depois se quiser pegar comigo, essas antenas de telefone estão causando câncer. E Nova Lima tem pessoas que hoje já começaram a cair em meu gabinete, já estão reclamando disso. Eu trouxe esse debate aqui tem quase uns seis meses para dentro desta Casa e nada foi feito. Então, isso já está caindo aqui. E queria que vocês jornalistas pudessem pegar comigo esses gráficos ali para poderem... E outras coisas que eu vou deixar para a semana que vem, porque tem vereador inscrito no Grande Expediente, tem requerimentos. E fiquei com vergonha de nove a um, vou deixar a Biommm para meu vereador aqui fazer a votação. Agradecer a todos vocês, vou registrar a presença de um ex-vereador porque ele esteve aqui uns dias, Tiago Tito. Muito obrigado a todos, passo a Presidência à Sua Excelência”. O Senhor Presidente saiu do Plenário e o vereador Alessandro Luiz Bonifácio assumiu a Presidência;

4) Projeto de Lei nº 1.433/2014, que “Autoriza a instalação da Empresa Biommm S/A, além de dar outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “Senhor



Presidente, eu quero solicitar aqui e dizer aos vereadores presentes que desde o início da reunião eu já tinha falado com o Presidente Nélio que eu sairia logo após as votações. Peço desculpas, sei que deve ter requerimentos meus aí, mas tenho um compromisso, vou pedir desculpas e não permaneço. Então, acredito que o Senhor vai ter que nomear outro secretário”. O Senhor Presidente convidou o vereador Leci Alves Campos para compor a Mesa e secretariar os trabalhos. A partir deste momento até o final da reunião, o vereador Leci Alves Campos atuou como Secretário Ad Hoc. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal a sinalização, instalação e cobertura do ponto de ônibus na Rua José Moreira e Rua Eugênia Lopes no Bairro Vale da Esperança. Aprovado, sete votos. 2) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal a colocação da placa na policlínica municipal com o nome ‘Policlínica Municipal Dr. Sebastião Fabiano Dias. Aprovado, sete votos. 3) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Chefe do Poder Executivo que autorize à Secretaria Municipal de Obras e Serviços a providenciar a construção de uma Capela no Cemitério Central de Nova Lima, também conhecido como Cemitério do Rosário. Aprovado, sete votos. 4) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal que inicie as obras do posto de saúde e da quadra poliesportiva no Bairro Nova Suíça, neste município. Aprovado, sete votos. 5) Dos vereadores Fausto Niquini Ferreira e Nélio Aurélio de Souza: Requer que o Prefeito Municipal adquira guinchos domésticos elétricos e disponibilize à população de baixa renda. Em discussão,



o vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “eu não conhecia esse guincho, esse elevador. Inclusive foi lá no seu bairro, viu, Coxinha, lá no Cruzeiro, outro dia fui visitar um paciente lá, achei muito interessante. O senhor pesa cento e doze quilos, a esposa já tem uma certa idade, tem uma filha menor, uma filha magrinha, esbelta, então, eles não conseguem, de jeito nenhum; se não fosse com a ajuda desse guincho, provavelmente eles não conseguiriam tirá-lo da cama. E esse elevador pega o paciente, tem uma capa tipo um lençol que passa por debaixo dele e através de grampos ele é içado por esse guincho, e ele senta o paciente numa cadeira de rodas, aí esse paciente pode andar a casa toda, inclusive os pés movem, se for uma casa espaçosa, pode carregar o paciente sentado no próprio guincho. Então, eu achei muito interessante. Acho que seria importante se o prefeito comprasse, adquirisse alguns e deixasse na Secretaria de Saúde e as pessoas com maior necessidade, que apresentam vulnerabilidade social, pudessem ter acesso. Por exemplo, a Igreja do Pilar tem um, mas é alugado, é um preço irrisório, mas é alugado. Então, eu solicito aos meus nobres colegas que me apoiem nesse requerimento. E eu poderia até, depois, trazer uma foto aqui para a Câmara para vocês verem, realmente, o quanto é interessante. Falando assim às vezes não dá para... Você conhece? Então, é muito importante. Muito obrigado”.

Aprovado, sete votos. 6) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal o andamento do cumprimento da Lei nº 2395, de 30 de dezembro de 2013, junto ao Secretário Municipal de Educação/Departamento de Nutrição. Aprovado, sete votos. 7) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie



moção de aplausos ao Exmo. Juiz Dr. Juarez Moraes de Azevedo pelos 23 anos à frente da Comarca de Nova Lima. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio autorizou o vereador Leci Alves Campos a assinar este requerimento. Aprovado, sete votos. 8) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer que o Prefeito Municipal providencie junto à Secretaria de Saúde a liberação dos munícipes para realizar consultas médicas em qualquer posto de saúde dentro do município de Nova Lima, independente do bairro onde reside, e que seja criado um cadastro único dos usuários para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Nova Lima. Em discussão, o vereador José Guedes falou: “quero parabenizar o colega Gilson. Um dos maiores absurdos que aconteciam em Nova Lima, ao longo dos anos eu venho lutando por essa ação. Há uns cinco, seis anos atrás, eu fiz um requerimento nesse sentido, mas não fui atendido até o presente momento. O Gilson está de parabéns porque é um absurdo uma pessoa que está doente chega no bairro, não tem um médico, ele não pode ser consultado no outro por que? Às vezes, o médico falta por algum motivo, a pessoa está necessitando urgente de uma consulta e não consegue. O senhor foi muito feliz nesse requerimento. Volto a frisar, é uma das coisas mais erradas que existe na Saúde em Nova Lima é o não atendimento em um outro posto médico”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “eu gostaria de parabenizar o vereador Gilson Marques. E já é de minha autoria um requerimento, desde fevereiro do ano passado que eu venho solicitando ao Poder Executivo a informatização do sistema de saúde municipal para evitar exatamente esses problemas. E certa vez o Secretário de Saúde falou para mim, que eu já pedi isso inclusive, porque se o paciente





mora nas Cabeceiras ele não pode ser atendido nos Cristais? A alegação foi a seguinte: se o Dr. Antônio Joaquim é um médico muito querido, muito bom e ele atende lá nas Cabeceiras, todos os outros pacientes dos outros bairros poderiam querer ser consultados pelo Dr. Antônio Joaquim. Então, isso ia dar uma sobrecarga de consultas, de atendimentos para esse médico e fazer com que a agenda dele, que hoje já não é muito fácil marcar uma consulta pelo SUS, tornaria ainda mais difícil. Então, essa foi a justificativa que me foi dada, viu, vereador Gilson? Mas eu acho que hoje não tem mais como o Sistema Municipal de Saúde não ser informatizado. Isso ia favorecer para todos, para médicos, para enfermeiros, para o Secretário de Saúde. O paciente, aí sim, se ele foi atendido nas Cabeceiras, passou mal aqui no Centro, pode ser atendido em um posto de saúde qualquer porque na tela do computador, ele vai ter o prontuário eletrônico dele. O médico não precisa nem de dizer ‘ah, chama o parente para eu saber que medicamento que ele usa’. Então, o prontuário eletrônico estaria ali em toda a rede municipal de saúde para qualquer médico ter acesso. Está de parabéns. E nós estamos aí gente, vem a Biom, que venha, gastamos dinheiro com festa, bacana, gostamos de festa também, quem não gosta de festa? Então, eu acho que está na hora de nós olharmos, o prefeito principalmente, olhar um pouquinho para o lado da saúde. Já elogiei aqui a vereadora Ângela Lima que recentemente foi Secretária de Educação, a Educação está muito bem. Mas eu volto a frisar, a Saúde não está bem. Os postos de saúde, já fiz o convite aos vereadores de ir visitar os vários postos de saúde que nós temos. Eu gostaria que todos fossem no mesmo padrão que está hoje o recém-



inaugurado em Santa Rita. Aquele lá, realmente, é o padrão que nós tínhamos que ter aqui hoje. Nós estamos a quinze minutos da capital mineira, uma cidade que vem agora com uma arrecadação de setecentos e vinte milhões, então, eu acho que está na hora de o prefeito Cassinho olhar para a nossa população, pessoas carentes que não podem ter um plano de saúde. Então, eu clamo aqui para que nesses próximos dois anos e meio, três anos, que ele possa, realmente, melhorar muito o nosso sistema de saúde”. O vereador José Guedes indagou: “eu perguntaria ao meu colega Fausto, esta resposta veio de quem?”. O vereador Fausto Niquini Ferreira respondeu: “da Secretaria de Saúde”. O vereador José Guedes disse: “deve ter sido do Secretário de Saúde. Eu acho que ele está redondamente errado porque, quantos postos de saúde nós temos em nossa cidade? São muitos postos. Então, se nos Cristais, um morador dos Cristais, o médico não foi ou não tem ficha, ele tem opções de mais dezenas de postos médicos. Isso não é justificativa, ele está completamente errado. Volto a frisar que o meu colega aí está de parabéns pelo seu requerimento”. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “eu concordo com ele, realmente. Eu já trabalhei, já fui médico numa cidade do Estado do Rio, lá do interior, e realmente acontecia isso lá. Tinha um cardiologista lá, eram quatro cardiologistas na cidade, e tinha um cardiologista lá que, realmente, ele, pelo bom trato, nenhum médico é igual ao outro. Tem aqueles que a relação médico/paciente é melhor do que com determinado outro médico. Então, eu concordo, realmente, tem sim, viu vereador José Guedes, um fundamento nisso sim. Agora, eu acho que informatizando o sistema seria muito mais fácil”. O Senhor Presidente falou: “como Presidente da Comissão de Saúde,



porque o senhor não convoca o Secretário de Saúde aqui? Seria bom porque aí nós iríamos tirar tudo, tranquilo”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “então, eu fui motivado a fazer esse requerimento, complementando aqui a justificativa. Uma senhora que esteve em meu gabinete, dizendo-me que mora no Cascalho e que é cadastrada no CAIC, e que vem tentando transferir o atendimento dela para o posto de saúde do Cascalho, que hoje se encontra em piores condições que o do CAIC, mas por questão do médico, há mais de um ano não consegue. Então, nós estamos vivendo aí, no século XXI, creio eu que numa atitude de ditadura porque eu não sou obrigado a consultar com quem eu não quero. E, se eles têm esse entendimento que o vereador Fausto está dizendo, e eu acho lógico esse entendimento, mas também acho que é cativando que se é cativado. Sabe? Porque essa saúde nossa, a nossa cidade é rica, mas a nossa saúde é milionária. O que falta na saúde, eu sempre disse aqui, é competência de gestão. Está faltando gestão. Recurso tem demais, mas não tem nem profissional capacitado para captar o recurso que tem. Então, não vai andar nunca, Fausto. Tem que ter gestão, melhorar a gestão. Acredito eu que melhorando a gestão, eles vão poder fazer serviço que o vereador Fausto fez outro dia, percorrendo os postos, enxergando os déficits, os defeitos, aprimorando a qualidade da Saúde e, aí sim, incentivando os médicos, os enfermeiros e demais profissionais a cativar os seus assistidos, aí eles não vão mudar de bairro, com certeza. Mas hoje são tratados, em determinadas situações, como se fossem ninguém, e isso é que faz as pessoas mudarem de opinião”. Requerimento aprovado por seis votos. O Senhor Presidente comunicou: “quero



justificar a saída do vereador Soldado Flávio de Almeida que está aqui desde sete horas da manhã, duas reuniões, e ainda vai para outra reunião. Justificada a saída dele, foi o que ele passou para mim”. 9) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal o andamento do cumprimento da Lei nº 2377, de 29 de novembro de 2013, junto ao Secretário Municipal de Educação. Aprovado, seis votos. 10) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal o estudo de instalação de placa de sinalização de proibido estacionar, carga e descarga na Rua José Moreira, em frente ao nº 30, Bairro Vale da Esperança. Aprovado, seis votos. 11) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal a canalização do esgoto, separando-o do córrego próximo à Rua José de Oliveira e Rua Rio Tietê no Bairro Bela Fama, transformando o local em um espaço para a prática de esportes e lazer. Aprovado, seis votos. 12) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de aplausos ao Sindicato dos Mineiros de Nova Lima e Região pelos seus oitenta anos de história em nossa cidade. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio permitiu que a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira assinasse este requerimento. Aprovado, seis votos. O vereador José Guedes propôs requerimento verbal: “eu falei que não ia fazer requerimento nesta Casa, mas não tem jeito, o pessoal pede. Senhor Presidente, o requerimento é para retirar placa de contramão na Rua Paraná, Cristais, ao lado da Igreja Santa Efigênia. Justificativa: retirada desta placa porque a rua mede mais ou menos uns cento e vinte, cento e trinta metros e os moradores já fizeram vários pedidos verbais e não são atendidos. Não justifica um morador da Rua Paraná atravessar



o bairro quase todo para retornar com seu automóvel em sua garagem ou na rua. Então, tem que sair da Igreja dos Cristais, descer a rua da sede do Morro Velho, depois subir próximo à oficina mecânica para retornar, lá não dá nem cem metros. Então, eu pediria a retirada desta placa de contramão”. Aprovado por seis votos. O vereador José Guedes propôs outro requerimento verbal: “queria parabenizar hoje a prefeitura pela sua ação rápida em favor dos varredores de rua. Os garis estavam em greve, então, o prefeito tomou as providências rapidamente. Nós participamos na parte da manhã, à tarde teve uma reunião com os proprietários da empresa e foi um sucesso, teve aumento de salário, vinte por cento, insalubridade até quarenta e oito por cento, aumento de ticket-refeição. A firma, quando um funcionário faltava, mesmo com atestado médico, tinha mania de cortar a cesta básica; isso foi abolido também. Então, eu quero parabenizar o prefeito Cássio pela ação em favor dos garis. É uma profissão que é sacrificada demais. Então, insalubridade era uma mixaria, pelo o que eu fui informado, alguns ganhavam, outros não. Até quem capina as ruas hoje tem a sua insalubridade. Foi uma grande vitória”. Aprovado por seis votos. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira propôs requerimento verbal: “vou reiterar um requerimento que eu já fiz há mais tempo e continuo fazendo e pedindo, a necessidade urgente da revisão do Contrato do Rotativo Nova Lima, tendo em vista principalmente o percentual destinado ao município, que é de apenas 5,5%, os outros 94,5% ficam com a empresa. O que me chama mais atenção é que a cidade de Pedro Leopoldo, vou dar um dado de 2008, mas continua com o rotativo lá, então, hoje deve ser muito mais. A cidade de Pedro Leopoldo, com 350 vagas,



arrecadou durante o ano, 180 mil reais com 350 vagas. Nova Lima, com três vezes mais vagas, com mil vagas, só arrecadou 40 mil reais nos últimos três anos. Então, tem alguma coisa esquisita aí, alguma coisa está errada aí, alguma coisa que nós precisamos de ler com muita atenção este contrato, então, pedir a revisão deste contrato e com a participação, inclusive, nossa para a gente ver como está sendo feito este contrato porque isso aí tem alguma coisa errada. Tem alguma coisa muito errada. Que me desculpe quem assinou este contrato há quatro ou seis anos atrás, que me desculpe o prefeito, que me desculpe o Secretário de Administração, que me desculpe o Jurídico, mas este contrato tem alguma coisa errada. Estou pedindo a revisão urgente deste Contrato do Rotativo Nova Lima”. Em discussão, o vereador José Guedes disse: “Ângela Lima, quando da implantação do Rotativo Nova Lima, nós, da Câmara passada, solicitamos a presença do proprietário, ele mandou uma representante e eu fiquei abismado que fui eu que perguntei qual seria o percentual dos impostos pagos para a prefeitura. Quando a mulher me disse menos de 5%, eu caí duro. Falei com ela ‘não existe um imposto’, ainda frisei bem ‘o imposto de renda é 27,5% porque uma firma vem aqui explorar o nosso município é 5%’. Então, eu não tive apoio da Câmara passada, nenhum vereador quis engajar neste problema comigo. Eu pediria a senhora que eu gostaria que a senhora concedesse que eu participasse. Nós vamos fundo nisso, como a senhora disse, tem coisa errada nisso aí. Não existe no Brasil nenhum imposto de 5%”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “vereadora, é muito prudente o seu requerimento pedindo a verificação desse contrato. Olha o que eu vi outro dia,



vereadora, aqueles totens que as pessoas estão digitando para poder ter o estacionamento estão tendo propaganda. Se você passar ali na Rua Bias Fortes, em frente à antiga delegacia, está lá o nome da empresa. Quer dizer, além de ganhar o valor todo, ainda está ganhando merchandising. Então, é importantíssimo que tomemos conhecimento deste contrato”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “eu questionei, vereador José Guedes, sobre esse 5,5% e perguntei ‘e não teve empresa que ofereceu mais não’, ‘não, as empresas ofereceram menos do que 5,5%’. Então, quem ofereceu mais, ofereceu 5,5%. Então, é muito estranho. Eu vou à frente com isso. Pode acontecer o que aconteceu com o senhor, vereador José Guedes, que não conseguiu. Mas que eu vou sempre estar falando nisso aqui e provocando, eu vou estar porque isso é de interesse do município de Nova Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira concedeu ao vereador José Guedes a participação no requerimento. Requerimento aprovado por seis votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio propôs: “queria sugerir aos vereadores aqui que nós possamos juntos fazer uma moção de aplausos à diretoria que foi agora empossada, na segunda-feira passada, a Diretoria do Sindicato dos Servidores Municipais da Nova Lima. Posso fazer o requerimento? Todos vão participar? Uma moção de aplausos à Diretoria, com a representante que é a Érika, para todos os diretores do Sindicato, que eles continuem na luta, trabalhando junto ao servidor público municipal de Nova Lima. Requerimento dos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Leci Alves Campos, Gilson Antônio Marques, Maria Ângela Dias Lima Pereira, Fausto Niquini Ferreira e José Guedes”. Aprovado por seis votos. No Grande



Expediente, o vereador Leci Alves Campos registrou: “A escravidão pode ser definida como o sistema de trabalho no qual o indivíduo é propriedade de outro, podendo ser vendido, doado, emprestado, alugado, hipotecado, confiscado. Legalmente, o escravo não tem direitos: não pode possuir ou doar bens e nem iniciar processos judiciais, mas pode ser castigado e punido. No Brasil, o regime de escravidão vigorou desde os primeiros anos logo após o descobrimento até o dia 13 de maio de 1888, quando a princesa regente Isabel assinou a Lei 3.353, mais conhecida como Lei Áurea, libertando os escravos. A escravidão é um capítulo da História do Brasil. Embora ela tenha sido abolida, não pode ser apagada e suas consequências não podem ser ignoradas. A História nos permite conhecer o passado, compreender o presente e pode ajudar a planejar o futuro. Durante mais de três séculos, a escravidão foi a forma de trabalho predominante na sociedade brasileira. Além disso, o Brasil foi a última nação da América a abolir a escravidão. Num país de 500 anos, um fato que perdurou por 300 anos assume grande importância na formação da sociedade brasileira. A escravidão no Brasil teve início logo nos primeiros anos de colonização, quando alguns grupos indígenas foram escravizados pelos colonizadores que implantavam os primeiros núcleos de povoamento. Devido a fatores como a crescente resistência dos índios à escravidão, os protestos da Igreja Católica, as doenças que dizimavam a população indígena e o crescimento do tráfico negreiro, pouco a pouco a mão-de-obra escrava indígena foi substituída pela negra. Os escravos negros eram capturados nas terras onde viviam na África e trazidos à força para a América, em grandes navios, em condições





miseráveis e desumanas. Muitos morriam durante a viagem através do oceano Atlântico, vítimas de doenças, de maus tratos e de fome. O escravo tornou-se a mão-de-obra fundamental nas plantações de cana-de-açúcar, de tabaco e de algodão nos engenhos, e mais tarde, nas vilas e cidades, nas minas e nas fazendas de gado. Além da mão-de-obra, o escravo representava riqueza: era uma mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida, alugada, doada e leiloada. O escravo era visto na sociedade colonial também como símbolo do poder e do prestígio dos senhores, cuja importância social era avalizada pelo número de escravos que possuíam. A escravidão acabou há 126 anos. Assim, eu gostaria de registrar a homenagem desta Casa Legislativa pelo 13 de Maio, hoje, Dia da Abolição da Escravatura e também Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo”. O Senhor Presidente parabenizou o vereador Leci Alves Campos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_